



# Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]  
www.pormassas.org - por@pormassas.org - n. 26 - Junho de 2016 - II ENE

## Que o II ENE aprove um plano de lutas contra o governo golpista de Temer (PMDB, PSDB e DEM)

A crise política persiste apesar do triunfo do golpe institucional contra o governo de Dilma Rousseff. O governo Temer desde o início se mostrou completamente apodrecido, não por acaso seus ministros já começaram a ser derrubados. A operação Lava Jato não pôde ser freada imediatamente, pois seu fim não pode aparecer como obra das oligarquias políticas enquistadas no Estado. A falta do desfecho do impeachment no Senado comparece como mais um fator de instabilidade, porém, não se cogita o retorno de Dilma. Mesmo que a conspiração tenha se evidenciado, os fatos não serão alterados. Caso a permanência de Temer se torne inviável, a saída da burguesia será a das eleições antecipadas.

O governo Dilma não caiu por causa da corrupção, ao contrário da campanha midiática insuflada pelo Judiciário. O governo Temer também não será interrompido por este motivo, por mais que seus ministros estejam enlameados até o pescoço. Dilma foi retirada porque, ante a crise econômica, não conseguiu seguir garantindo o superávit fiscal. A sorte do governo de Temer depende de sua capacidade de extrair mais recursos do Estado e criar condições para uma maior exploração da força de trabalho para pagar os juros e amortizações da dívida pública. Este é o sentido de sua política: aprovou o orçamento com o déficit de R\$170 bilhões, medida que servirá para justificar que os explorados aceitem o “remédio amargo” para o país sair da crise. Os planos de Temer já estão anunciados nos documentos Ponte para o futuro e A travessia Social. É dever dos presentes no II ENE organizar um combate sem tréguas ao governo golpista.

É parte do ajuste fiscal 1) a reforma da previdência, fazendo com que os trabalhadores só se aposentem quando estiverem com o pé na cova e que a diferença de tempo de serviço entre homens e mulheres seja eliminada; 2) a retirada de direitos trabalhistas com a generalização das terceirizações; 3) o corte de recursos dos programas sociais como o Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, com o pretexto de priorizar os mais miseráveis entre os miseráveis.

Pesa sobre a cabeça dos servidores públicos a ameaça do PL 257, que deve ser votado em breve diretamente no Senado. Por meio deste PL, os salários serão congelados; concursos e novas contratações serão suspensos; será aberto um programa de demissões voluntárias (PDV); as contribuições previdenciárias dos servidores subirão para 14%; a previdência complementar



se expandirá para todos os estados e as terceirizações se generalizarão.

A burguesia industrial da FIESP, que tinha como mote contra Dilma a denúncia dos impostos elevados e a rejeição à CPMF aceitará as mesmas medidas vindas do governo Temer, com a contrapartida de amplas privatizações e, sobretudo, uma maior liberdade para esfolar os trabalhadores, explorá-los ainda mais, com menos direitos e menores salários. Os 11 milhões de desempregados servem como pressão aos demais para aceitarem a precarização mais intensa.

Tal situação, porém, não é uma fatalidade. A chave da resposta necessária está na força coletiva dos explorados no campo da independência de classe, o que significa se colocar sob a estratégia da revolução proletária (governo operário e camponês). É necessário unir empregados e desempregados, ativos e aposentados, efetivos e terceirizados em uma só luta, sem um dia de trégua, contra o governo golpista. Unir camponeses, indígenas e quilombolas que lutam por suas terras e vidas. O que unifica todos é o sacrifício exigido para que o capital financeiro continue saqueando o país. Cada reivindicação particular por saúde, educação, moradia, emprego, terra, etc. se vincula com a necessidade de exigir o fim do pagamento da dívida pública. As direções sindicais, porém, têm desviado as massas. A CUT (assim como o MST e MTST) os atraiu para o campo do governismo, condenando o golpe, porém desconsiderando as demissões e redução de salários, ignorando as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores.

**Gadastre seu email e receba o boletim online da CPE:**  
**POR@PORMASSAS.ORG**

Acesse o Blog da Corrente Proletária na Educação  
**CPE-POR.BLOGSPOT.COM.BR**

A CSP-Conlutas se perdeu com uma política esquerdista e oportunista de defesa do “Fora Todos” e “Eleições gerais já”, como se o problema dos trabalhadores fosse resolver a crise política da burguesia. A superação deste quadro de dispersão passa pela criação dos comitês de luta, da organização das assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia. A resolução da CUT de realizar uma Greve Geral deve ser apoiada, porém, vemos que as direções não estão levando esta importante bandeira a sério. É necessário que a CSP-Conlutas e Intersindical se unifiquem em uma frente única sindical que organize a luta em torno das reivindicações como uma alavanca para exigir da direção da CUT que coloque em marcha uma campanha real pelas reivindicações contra as medidas antinacionais e antipopulares do governo golpista de Temer, que crie as condições para a Greve Geral.

### Unificar as lutas na educação



Além da defesa geral contra as privatizações, retiradas de direitos e cortes orçamentários, que unifica todos trabalhadores e a juventude, não faltam demandas comuns na área da Educação. O projeto destruidor de Temer já está em curso. Tem como eixo a prorrogação para 2023 e ampliação para 30% da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que retirará verbas da saúde, previdência, assistência e educação para garantir o pagamento da dívida pública. Junto com isso, deve intensificar a privatização do ensino superior, com o pretexto de focar nas séries iniciais. O tal foco, porém, significa o aprofundamento da política meritocrática e punitiva que condiciona qualquer incremento salarial ao embuste das “qualificações” (que não passam de pretexto para abrir campo para corporações privadas de ensino oferecerem cursos, em geral, à distância) e às avaliações (que servem para jogar a culpa do fracasso escolar nas costas dos professores).

Os estudantes secundaristas têm demonstrado o caminho a seguir. No ano passado, com as ocupações em São Paulo, conseguiram frear o plano de Alckmin de fechar salas e escolas. Outros estados também têm sido palco de ocupações contra a entrega das escolas à gestão das Organizações Sociais. Nas universidades, a resposta das greves não tem conseguido romper o corporativismo e a passividade, com raríssimas exceções. Coloca-se a necessidade de unir estudantes, professores, funcionários e comunidade escolar para derrotar os ataques à educação.

A garantia de acesso irrestrito a todos níveis de ensino, sem vestibular ou ENEM, depende do combate à privatização e desnacionalização da educação. A luta pelo orçamento é importante, mas o fundamental é o combate pelo fim do

sistema privado de educação. O II ENE deve aprovar uma campanha nacional pela estatização do sistema privado, sem indenização, e constituição de um único sistema público, gratuito, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham. O combate às burocracias escolares e universitárias significa que a própria comunidade escolar e universitária deve tomar em suas mãos os rumos das escolas e universidades. Nas ocupações secundaristas, vislumbrou-se o potencial das escolas controladas pelos que estudam e trabalham. Nas universidades, a luta contra a privatização passa por derrotar a burocracia privatista com o co-governo de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal.

### Democracia operária como método

Uma luta desta magnitude, que começa pela defesa das reivindicações dos setores da educação, passa pela unidade com os demais trabalhadores e se projeta como uma frente antiimperialista para livrar o país da sangria da dívida pública depende da mais ampla democracia operária. Aqueles que são chamados a lutar devem participar ativamente da formulação das políticas e planos de luta. É no embate de posições e propostas que o movimento se politiza. Infelizmente, se temos do lado da CUT um profundo processo de estatização e burocratização, vemos que a CSP-Conlutas, mesmo sendo antigovernista, também tem métodos burocráticos. Uma das suas manifestações é a prática do “consenso progressivo”, que rege o II ENE. Assim, as entidades se reúnem e definem a priori o que será aprovado e organizam uma encenação de participação, com GTs e plenárias que nada decidem. É preciso que esta prática seja abandonada.

A plenária deve ser deliberativa e deve-se colocar na ordem do dia o combate sem tréguas ao governo golpista de Temer. Não precisamos de mais um encontro acadêmico e distracionista. **A conjuntura exige que todas energias destinadas a construir o II ENE se voltem à aprovação de um plano de lutas em torno dos seguintes pontos:**

- Não ao pagamento da dívida externa;
- Contra os cortes no orçamento da saúde, educação e programas sociais;
- Abaixo as reformas da previdência e trabalhista;
- Derrotar nas ruas o PL 257;
- Contra as privatizações;
- Pelo fim das terceirizações, efetivação dos terceirizados (trabalho igual, salários e direitos iguais);
- Constituir uma frente única sindical pelo emprego, salário e direitos;
- Estatização, sem indenização do sistema privado de ensino e criação de um único sistema público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham.

**A luta no campo da independência de classe exige a adoção da estratégia de poder do proletariado, o governo operário e camponês.**

**Cadastre seu email e receba o boletim online da CPE:  
POR@PORMASSAS.ORG**

Acesse o Blog da Corrente Proletária na Educação  
**CPE-POR.BLOGSPOT.COM.BR**